

Boletim

ENCCLA

Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

Nº 4 - julho/2014

A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro tem demonstrado ser um catalisador de demandas as quais um órgão, unilateralmente, não conseguiria levar adiante na agenda decisória de governo. Na última Plenária da ENCCLA, o assunto que resultou na atual Ação 12 surgia para ser aprovada como uma recomendação. No curso dos debates, percebeu-se que o sistema de combate aos crimes de corrupção não pode mais prescindir de meios mais bem estruturados que visem a perseguir e a eliminar o uso fraudulento de registro civil, seja por falsidade documental ou ideológica, por maior que seja o esforço de órgãos como os da Previdência Social, o Conselho Nacional de Justiça, Ministério Público, Polícias, e os serviços cartoriais. Dentre esses, o principal: o Sistema de Informações de Registro Civil – Sirc.

Ficou claro que haveria de ter um esforço conjunto para a assinatura do Decreto Presidencial instituidor do Sirc. Assim, os membros da Ação 12, em nome da ENCCLA, resolveram enviar uma nota para a Casa Civil a fim de sensibilizar essa instância sobre a magnitude daquela assinatura. Isso foi feito por meio de um ofício do CNJ datado em 7 de maio último. No último dia 27 de junho chega a notícia da publicação do referido Decreto no D.O.U., como se vê em uma das matérias desta 4ª edição do Boletim Enccla.

Também neste número, queremos destacar um criativo empreendimento, realizado desde de 2007, da Controladoria-Geral da União (CGU): o *VI Concurso de Desenho e Redação*. Neste ano, o tema se concentra na Lei de acesso à informação, cujos assuntos nela contidos desde sempre são discutidos na esfera da ENCCLA. A atividade é essencialmente pensada como forma de despertar para os temas relacionados ao controle social, à ética e à cidadania aos alunos do ensino fundamental e médio, incluindo o programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), de escolas públicas e privadas. O objetivo principal é incentivar a reflexão e o debate desses assuntos nos ambientes educacionais. Um dos aspectos mais inovadores do concurso é a maneira inteligente e direta de tratar com crianças bem no início da idade escolar um conjunto de temas que costumeiramente só fazem parte do ‘mundo dos adultos’. Convidamos todos a conhecer e divulgar essa iniciativa.

Aos colegas, continuamos a incentivar que participem, enviem matérias, entrevistas, vídeos e compartilhem o Boletim Enccla nos respectivos canais institucionais.

Secretaria Executiva



Curtas

Venha discutir e colaborar a melhoria da cooperação jurídica internacional. Participe do IV Workshop Grotius Cooperação Internacional nas Fronteiras. O evento será realizado pelo DRCI/SNJ de 29 a 31 de julho, em Foz do Iguaçu-PR. Inscrições e programação: <http://vai.la/6L9o>

A SNJ/MJ, por meio do DRCI, em parceria com a SDH/PR realizarão o Seminário Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, nos dias 12 e 13 de agosto, no auditório do MJ. Trata-se de iniciativa da ENCCLA resultante da Ação 12/2013. Informações: enccla@mj.gov.br

Calendário reuniões ENCCLA

15/7 - 5ª reunião de acompanhamento da Ação 11. Participam: CGM-SP e CGU (coord), ADPF, AGU, AJUFE, ANAPE, ATRICON, CAIXA, COAF, CONCPC, DPF, FPCC-RS, GNCOC, MD, MPF, MPS e INSS, PGFN, Rede LAB, RFB, TCU. Local: DRCI às 14h.

18/7 – 3ª reunião do Grupo de Assessores de Comunicação da ENCCLA.

22/7 - 4ª reunião de acompanhamento da Ação 3. Participam: RFB (coord), AGU, BACEN, BB, CAIXA, COAF, CVM, DREI/SMPE, DPF, FEBRABAN, GNCOC, MPF, PGFN, SUSEP. Local: DRCI, às 9h30.

31/7 - 2ª reunião de acompanhamento da Ação 7. Participam: SLTI/MPOG (coord), AGU, CAIXA, CGU, COAF, CNMP, DPF, MPF, PGFN, SOF/MPOG, TCU. Local: DRCI, às 14h30.

Matérias

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

Apoiado pelo CNJ, Sistema de Informações de Registro Civil é instituído por decreto presidencial

Foi publicado, na última sexta-feira (27/6), no Diário Oficial da União, o Decreto n. 8.270, de 26 de junho de 2014, que institui o Sistema de Informações de Registro Civil (Sirc). O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem apoiado a criação e implantação do sistema. Juntamente com o Ministério da Previdência Social, o conselho coordena a Ação 12 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), que consiste no acompanhamento da efetiva implantação do Sirc e na sugestão de mecanismos que aumentem a segurança do registro civil.

O Sirc reunirá informações de todos os cartórios de registro civil do país sobre nascimento, casamento e óbito.

Para o CNJ, o sistema ajudará a prevenir subnotificações e fraudes com o uso de documentos falsos, otimizar a rotina das serventias extrajudiciais e facilitar a comunicação entre os cartórios e o acesso às informações.

De acordo com o parágrafo 3º do artigo 4º do decreto presidencial, o CNJ e duas entidades de representação nacional dos registradores civis de pessoas naturais serão convidados a integrar o comitê gestor do Sirc na qualidade de membros. Formado por representantes de oito ministérios, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, do INSS e do IBGE, o comitê terá a responsabilidade de estabelecer diretrizes para funcionamento, gestão e disseminação do sistema, além do monitoramento do uso dos dados nele contidos.

Bárbara Pombo
Agência CNJ de Notícias

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

Como impedir o enriquecimento ilícito no poder público?

Atualmente, existe um projeto de lei que tramita no Congresso Nacional para tipificar o enriquecimento ilícito, crime ainda não tipificado pela legislação brasileira. No CNJ Responde, a conselheira Luiza Frischeisen fala sobre esse projeto e sobre a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA). Clique aqui para ver o vídeo.

O programa CNJ Responde esclarece dúvidas sobre direitos e deveres dos cidadãos todas as quintas-feiras, no canal do CNJ no YouTube. O quadro já respondeu perguntas sobre saúde, direitos dos casais homoafetivos, violência doméstica e tráfico de pessoas, entre outros.

Para esclarecer sua dúvida, encaminhe um vídeo com a pergunta (pode ser por celular) para o e-mail ideias@cnj.jus.br. As perguntas devem ter no máximo 10 segundos de duração e serão respondidas por conselheiros, magistrados ou servidores que atuam com o tema no CNJ.

Waleiska Fernandes
Agência CNJ de Notícias

CGU – Controladoria-Geral da União

CGU lança 6ª Concurso de Desenho e Redação

Com o objetivo de despertar nos estudantes o interesse por temas relacionados a controle social, ética e cidadania, a Controladoria-Geral da União (CGU) lança a 6ª edição do Concurso de Desenho e Redação. As inscrições estão abertas de 1º de janeiro a 26 de setembro e podem ser feitas no site Criança Cidadã – Portalzinho da CGU. O tema deste ano é “Acesso à Informação: um direito de todos”. Na categoria desenho, podem participar alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Enquanto na categoria redação, podem participar alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e do 1º ao 3º ano do Ensino Médio, incluindo alunos matriculados na modalidade jovens e adultos (EJA).

O concurso é aberto a estudantes de escolas públicas e privadas do país. Mais informações podem ser obtidas no regulamento do concurso. Para se inscrever, as escolas devem acessar o site do Portalzinho da CGU e preencher a ficha de inscrição e os formulários de realização dos trabalhos. Os primeiros colocados de cada categoria receberão

certificado e um netbook; os segundos colocados, certificado e um tablet; e os terceiros, certificado e um smartphone. Os professores dos primeiros colocados ganharão um leitor de livro digital (e-Reader). Todas as escolas que elaborarem e puserem em prática estratégias de sensibilização e mobilização dos alunos em torno do tema do concurso também poderão concorrer ao título de Escola-Cidadã, tendo como premiação um computador e um certificado. A avaliação dos trabalhos será feita por comissão julgadora a ser designada pela CGU e o anúncio dos melhores em cada categoria ocorrerá até 31 de outubro. Os prêmios serão entregues aos vencedores até o dia 19 de dezembro em cerimônia a ser definida pela CGU.

Histórico. O Concurso de Desenho e Redação da CGU é promovido no âmbito do Programa Olho Vivo no Dinheiro Público, desde 2007, tendo participado mais de 850 mil alunos em cinco anos. Os temas das edições anteriores do concurso foram: “Como a sociedade pode ajudar no combate à corrupção?” (2007), “O que você tem a ver com a corrupção?” (2008), “Todos pela ética e cidadania: como posso contribuir para uma sociedade melhor?” (2009), “Como será o futuro do Brasil com o dinheiro público bem aplicado?” (2010) e “A sociedade no acompanhamento da gestão pública: Todos podem fiscalizar o dinheiro público!” (2011). Mais informações nos seguintes endereços:

- <http://www.cgu.gov.br/Imprensa/Noticias/2014/noticia00314.asp>
- <http://www.cgu.gov.br/PrevencaodaCorrupcao/GestaodoConhecimento/DesenhoRedacao.asp>

CGU -Assessoria de Comunicação Social

Ministério da Justiça

MJ Participa de reunião do grupo de trabalho anticorrupção do G20

Brasília, 9/6/14 –Teve início nesta segunda-feira (9), em Roma, Itália, a segunda reunião de 2014 do grupo de trabalho anticorrupção do G20. O grupo constitui o principal fórum de reunião do G20 e se reúne para apresentar respostas ao problema da corrupção como grande obstáculo ao efetivo crescimento da economia global. Representantes do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI) da Secretaria Nacional de Justiça do MJ representam o Brasil no encontro.

Na reunião, serão discutidos os avanços atuais e o plano de trabalho para transparência de rendimentos ao portador de pessoas jurídicas, o relatório de prestação de contas, suborno transnacional e a Convenção da ONU sobre corrupção (UNCAC). O Brasil tem como missão pedir o comprometimento dos membros do GT com práticas de recuperação de ativos em procedimentos civis e administrativos.

“Temos conseguido estabelecer uma boa sinergia entre as ações do grupo e as metas com que o Brasil se comprometeu no âmbito do Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (GAFI). Serão avanços no que se refere à transparência de beneficiários finais de pessoas jurídicas, o que vai conferir estabilidade e coerência a nossa trajetória em matéria de enfrentamento da corrupção e suas correlações com a lavagem de dinheiro”, destaca o secretário Nacional de Justiça, Paulo Abrão.

“Com nossa participação na reunião, pretendemos compartilhar e colher boas práticas desenvolvidas pelo Brasil e pelos países participantes e conciliar as recomendações expressas pelo G20 com as ações e metas propostas pela Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, a Enclá”, complementa o diretor do DRCI, Ricardo Saadi.

Ministério da Justiça

Curta facebook.com/JusticaGovBr
www.justica.gov.br
imprensa@mj.gov.br
(61) 2025-3135/3315

Ministério da Justiça

Polícia Civil do RS recebe laboratório contra lavagem de dinheiro

Brasília, 9/6/14 – Foi inaugurado nesta segunda-feira (9) o Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (LAB-LD) na Polícia Civil do estado do Rio Grande do Sul. O LAB-LD é uma unidade de análise de grande volume de dados para casos complexos como investigações de quebra de sigilo fiscal, bancário ou tributário. Também está preparado para investigar atuação de organizações criminosas com indícios de lavagem de dinheiro. A Rede-LAB, uma iniciativa da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), coordenada pelo Ministério da Justiça por meio da Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), já cobre 100% do país.

“Teremos um cenário mais realista da lavagem de dinheiro no país e, ao mesmo tempo, um diagnóstico que nos permitirá formular novas estratégias, novas políticas públicas de combate ao crime”, analisa Paulo Abrão, secretário Nacional de Justiça, presente à cerimônia de inauguração.

A coordenadora do laboratório e sete policiais participam desde setembro 2013 de uma série de treinamentos oferecidos pelo Ministério da Justiça. A estrutura física do Gabinete de Inteligência e Assuntos Estratégicos (GIE), onde está localizado o laboratório, foi remodelada para atender às necessidades de instalações de recursos materiais e humanos.

O evento contou ainda com as presenças do secretário de Segurança do Rio Grande do Sul, Airton Michels, o coordenador-geral de Inteligência da Senasp, André Fagundes, o chefe de Polícia, delegado Guilherme Wondracek, o procurador-geral de Justiça Eduardo de Lima Veiga, o Coordenador da Rede Nacional de Laboratórios contra Lavagem de Dinheiro do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI/SNJ), Roberto Zaina, e o diretor do Gabinete de Inteligência da Polícia Civil, o delegado Emerson Wendt.

Com informações da Polícia Civil RS

Ministério da Justiça
Curta facebook.com/JusticaGovBr
www.justica.gov.br
imprensa@mj.gov.br
(61) 2025-3135/3315

Ministério da Justiça

MJ participa de reunião sobre combate à lavagem de dinheiro na França e no Paraguai

Brasília, 20/6/14 – O Ministério da Justiça (MJ) representa o Brasil na Reunião Plenária e dos Grupos de Trabalho do Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento ao Terrorismo (GAFI), que acontece em Paris, de 22 a 27 de junho. Durante a reunião serão discutidos temas como o seguimento da avaliação de membros e a atualização dos trabalhos de reuniões anteriores. Serão apresentados os planos de trabalho para 2014-2015 sobre a cooperação internacional e o combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Na reunião plenária será atualizada a avaliação do Brasil, realizada em 2010. “O Brasil tem avançado para melhorar pontos frágeis apontados pelo GAFI, há quatro anos. Tivemos iniciativas importantes de combate ao tráfico de drogas, de pessoas e de armas, além de ações específicas como o Plano Estratégico de Fronteiras”, explica o secretário Nacional de Justiça, Paulo Abrão.

“Houve também avanços significativos em nossa área legislativa, como a nova lei contra a lavagem de dinheiro (Lei 12.683/2012) e a lei anticorrupção (Lei 12.846/2013). Destaca-se ainda a atuação da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla)”, complementa o diretor do DRCI/SNJ, Ricardo Saadi.

Na mesma semana, de 23 a 27/6, em Assunção no Paraguai, acontece a Oficina sobre confisco e medidas cautelares, organizada pelo GAFISUD, braço do GAFI na América do Sul. O objetivo da capacitação é atualizar conhecimentos sobre as medidas para confiscar, administrar e dispor de bens, produtos dos delitos de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e de proliferação de armas de destruição em massa, relativos às recomendações números 4 e 38 do GAFI. Estará presente à oficina Silvana Nunes, Especialista em Políticas Públicas do DRCI/SNJ.

GAFI

O GAFI/ FATF foi criado em 1989 pelo então G-7, no âmbito da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com a finalidade de examinar, desenvolver e promover políticas de combate à lavagem de dinheiro e constitui o foro de maior relevância nas discussões internacionais nessa área. As “Quarenta Recomendações” para o combate à lavagem de dinheiro e para o combate ao financiamento do terrorismo, editadas pelo GAFI, estabelecem os padrões internacionais a respeito desses temas. Anualmente, os países são avaliados quanto aos avanços nesses temas.

Ministério da Justiça
Curta [facebook.com/JusticaGovBr](https://www.facebook.com/JusticaGovBr)
www.justica.gov.br
imprensa@mj.gov.br
(61) 2025-3135/3315

Ministério Público Federal

MPF: cooperação jurídica entre Brasil e Israel permite prisão de 9 traficantes

O Ministério Público Federal, por meio da Secretaria de Cooperação Jurídica Internacional (SCI) e da Procuradoria da República em Foz do Iguaçu, contribuiu para a prisão de nove acusados de tráfico internacional de drogas, membros de organização criminosa com atuação no Brasil, Paraguai e Israel. O pedido de cooperação foi enviado ao Brasil em fevereiro pela adidância da Polícia Nacional de Israel, com sede em Bogotá, na Colômbia.

O secretário da SCI, procurador regional da República Vladimir Aras, intermediou o contato da instituição com o procurador da República Ercias Rodrigues, da Procuradoria da República no Paraná/Foz do Iguaçu, o qual solicitou à Polícia Federal cópia dos autos e de amostra da droga, que seria incinerada e que serviu para a produção de provas em Israel. A Polícia israelense recebeu duas amostras lacradas, de 100 gramas cada, da cocaína apreendida e a transportou ao seu país de origem, em coordenação com a Polícia Federal brasileira, e com a devida autorização judicial.

O trabalho resultou na prisão de nove membros da associação criminosa, cinco no Paraguai e quatro em Israel. Um dos suspeitos, de nacionalidade paraguaia, foi preso em Foz do Iguaçu ao tentar embarcar para a Europa com drogas na bagagem. Ele era procurado tanto no Paraguai quanto em Israel pelo crime de tráfico de drogas. Os outros quatro

membros da quadrilha foram presos com 35 quilos de entorpecente.

A Polícia Nacional israelense, por intermédio do coronel Yaron Ben Davis, enviou carta de agradecimento ao MPF pelo apoio prestado na operação transnacional que envolveu três países.

Receita Federal do Brasil

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro é tema de seminário em Foz do Iguaçu

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB promoveu nos dias 27 de 28 de maio o Seminário intitulado "Lavagem de Dinheiro: Aspectos Jurídicos e Situações Práticas na RFB".

Dentre os objetivos propostos, buscou-se apresentar o histórico e as possibilidades de atuação da RFB no combate à lavagem de dinheiro, demonstrar a independência entre este crime e seus crimes antecedentes e a jurisprudência sobre o assunto.

As palestras foram conduzidas pelo Chefe do Escritório de Pesquisa e Investigação em Fortaleza, Carlos Augusto Magalhães Rodrigues e pelo Chefe do Escritório de Pesquisa e Investigação em Curitiba, Roberto Leonel de Oliveira Lima, ambos especialistas da RFB no tema.

Participaram do evento, além dos servidores da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Foz do Iguaçu, autoridades da Advocacia Geral da União, do Ministério Público Estadual, do Ministério Público Federal, da Polícia Federal, da Procuradoria da Fazenda Nacional no Paraná e da Justiça Federal.

A participação aos diversos órgãos de Estado presentes teve como ponte forte a integração de servidores que, em seu dia a dia, devem estar atentos à detecção de operações que apresentem indícios do crime de lavagem de dinheiro, os quais obtiveram conhecimentos que contribuirão para o aprimoramento das ações de investigação e do embasamento probatório dos processos correspondentes.

Receita Federal do Brasil

Primeira turma do curso EaD em PCLD terá início em julho

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB realizará, no período de de 07/07 a 03/10/2014, sua primeira turma do curso de capacitação, na modalidade EaD, sobre Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro - PCLD. Serão ofertadas 100 vagas, destinadas a servidores integrantes da carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil.

O curso, desenvolvido pelo corpo técnico da RFB em parceria com a Escola de Administração Fazendária - ESAF, será ministrado inteiramente na modalidade à distância, com carga horária de 80 horas e conteúdo programático distribuído em seis módulos:

Módulo 1 - Aspectos gerais da lavagem de dinheiro;

Módulo 2 – Aspectos legais e processuais da lavagem de dinheiro e medidas antilavagem;

Módulo 3 – Jurisdições de tributação favorecida – JTF, regimes fiscais privilegiados – RFP e mecanismos de recuperação;

Módulo 4 – Fluxos internacionais de recursos;

Módulo 5 – Blindagem patrimonial;

Módulo 6 – Tipologias de lavagem de dinheiro e estudo de casos

O objetivo do evento será transmitir aos alunos uma abordagem teórica e prática sobre o crime de lavagem de dinheiro, de forma que, ao final, estes possam identificar indícios do crime em atividades que lhes são próprias e reportar tais indícios às autoridades competentes. Ao final, pretende-se que os alunos desenvolvam e/ou aperfeiçoem suas competências no campo da investigação de fraudes, ilícitos e irregularidades relacionadas ao crime de lavagem de dinheiro.

A iniciativa faz parte do esforço da RFB em transmitir a seu corpo funcional os conhecimentos necessários para que, no âmbito do sistema brasileiro de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, atuem mais efetivamente na luta contra tal crime e delitos conexos.

Produzido por: Secretaria de Comunicação Social - Conselho Nacional de Justiça
comunicacao@cnj.jus.br | Telefone: 61 2326-5469
